

CCJ EXAMINA DRU E FUNDO DE ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Substitutivo do senador Lúcio Alcântara a duas propostas que criam um Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães e da comissão mista que estudou o assunto, é uma das matérias na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, amanhã. Outra proposta em exame, na quarta-feira, é a que prevê a Desvinculação de Receitas da União (DRU).

PÁGINA 3

Senado aprecia novas regras para pagamento de precatórios

Senadores votam, também, recursos destinados a projeto de saneamento para a população de baixa renda e elevação do limite de endividamento dos Correios

A proposta de emenda à Constituição (PEC) que disciplina o pagamento de precatórios judiciais é uma das matérias na pauta do Senado nesta semana. A votação em primeiro turno está prevista para sexta-feira, quando a PEC já terá cumprido prazo de cinco dias de discussão. Conforme a proposta, somente serão pagos débitos provenientes de sentenças já transitadas em julgado, ou seja, que não tenham mais a possibilidade de recurso.

Para viabilizar o pagamento de precatórios atrasados, o relator da PEC, senador Edison Lobão, propôs a inclusão de artigo que esta-

belece o parcelamento, em até dez anos, dos débitos resultantes de processos instaurados até 31 de dezembro de 1999. As ações ajuizadas após esta data serão pagas à vista.

Amanhã, o Senado vota autorização para que o governo brasileiro contrate empréstimo no valor de US\$ 30,3 milhões junto ao Banco Mundial. Os recursos serão destinados a projeto de saneamento para a população de baixa renda. Também amanhã será votada autorização para a elevação do limite de endividamento da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).



Lobão propôs parcelamento de débitos resultantes de processos instaurados até 31 de dezembro de 1999

PÁGINA 3



Cerca de 48 milhões de brasileiros devem aderir à previdência complementar, conforme estimativas do governo

Mudança na previdência complementar introduz segunda etapa da reforma

PÁGINA 5



CRE discute amanhã proibição a porte de arma

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional discutirá amanhã substitutivo do senador Pedro Piva a três projetos que tratam do controle de armas de fogo. Ele pretende proibir o porte de armas nas ruas e em veículos, só autorizando o direito de posse dentro

de casa. Este é o segundo substitutivo sobre o assunto em discussão no Senado. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) votará nos próximos dias uma proposta do senador Renan Calheiros que proíbe totalmente a venda de armas de fogo e munição.

PÁGINA 2

CRE aprecia proposta de proibição do porte de arma

Substitutivo do senador Pedro Piva prevê também que a exportação de armamento poderá ser suspensa para evitar contrabando

Os senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) discutirão amanhã o substitutivo que o senador Pedro Piva (PSDB-SP) apresentou a três projetos que tratam do controle de armas de fogo. Ele quer proibir o porte de armas nas ruas e em veículos, só autorizando o direito de posse dentro de casa. Além disso, pretende que sejam anuladas todas as autorizações de porte de armas existentes.

O substitutivo estabelece que o registro, a posse e o porte de arma de fogo

por atiradores, caçadores, colecionadores e habitantes de áreas rurais sejam regulados por normas especiais. Só poderá portar armas, nas ruas ou no campo, quem for autorizado por lei, como policiais ou servidores do Ibama que fiscalizam áreas de preservação ambiental.

De acordo com a proposta, fica mantida a permissão de exportar armas de fogo, mas o governo poderá suspendê-la para países que fazem fronteira com o Brasil, desde que isso seja necessário para evitar que tais armas voltem ao país nas

mãos de contrabandistas.

Este é o segundo substitutivo sobre o assunto em discussão no Senado. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) votará nos próximos dias uma proposta do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) que proíbe totalmente a venda de armas de fogo e munição em todo o país. Os substitutivos foram apresentados a projetos dos senadores José Roberto Arruda (PSDB-DF) e Gerson Camata (PMDB-ES) e pelo ex-senador Djalma Falcão (PMDB-AL).

Francelino destaca Mostra de Cinema de Tiradentes

O senador Francelino Pereira (PFL-MG), relator da Subcomissão do Cinema Brasileiro da Comissão de Educação do Senado, registrou o sucesso da 3ª Mostra de Cinema de Tiradentes, realizada de 21 a 29 de janeiro. A mostra, segundo o parlamentar, "coloca Minas Gerais no mapa da cinematografia brasileira".

Com público de 25 mil pessoas, segundo o senador, a mostra abriu este ano um espaço exclusivo do cinema brasileiro, com a participação de 116 produções em película ou em vídeo. Ofereceu, ainda, cinco oficinas de cultura.

Este ano, pela primeira vez, acrescentou Francelino, a mostra incluiu a escolha, pelo voto, das melhores produções em filme e vídeo, saindo vencedores *Nós aqui estamos por nós esperamos*, longa-metragem dirigido por Marcelo



Francelino Pereira (D) com Vargas e Raquel, coordenadores da mostra

Masagão, *Oitavo selo*, curta de Tomás Enrique Creus, e *Água benta, fé ardente, água ardente, fé benta*, vídeo de João

Luiz Dornelas e Armando Mendes. O evento foi promovido por Raquel Hallak d'Angelo e Quintino Vargas.

Dutra pede calma no exame da responsabilidade fiscal

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) alertou para um possível açodamento do Senado em votar o projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovado recentemente na Câmara dos Deputados. "O projeto ficou oito meses em tramitação na Câmara e o Senado não tem condições de debater e votar uma lei com tantas conseqüências para os governos estaduais e municipais nos dez dias que restam da convocação extra-



José Eduardo Dutra teme repetição do que ocorreu com a Lei Kandir

ordinária", ponderou.

Dutra teme que ocorra com o projeto o mesmo que houve com a Lei Kandir, votada a "toque de caixa" no Senado. "Eu já vi esse filme e não gostei do final." De acordo com o senador, o Plenário votou rapidamente a Lei Kandir, que desonera as exportações de produtos semi-elaborados, com efeitos negativos

para as finanças estaduais.

O projeto de Lei de Responsabilidade

Fiscal inclui, conforme Dutra, um dispositivo que fez com que o PT votasse contra, na Câmara. "O pagamento de juros é intocável, não obedece a qualquer limite. Os gastos com educação, pessoal ou saúde não podem ser majorados sem aumento de arrecadação, mas os juros são sagrados", observou.

Ele conclamou o Senado a debater o projeto com cautela. "Estão dizendo que a pressa se justifica porque o ano é de eleição e a lei proibirá contratação nos seis meses anteriores ao pleito, bem como as operações de antecipação de receita (ARO). Mas isso é conversa fiada, pois essas coisas já são proibidas", frisou.



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 7 DE FEVEREIRO DE 2000

PLENÁRIO
14h30 — Sessão não deliberativa
PREVISÃO
PLENÁRIO
Terça-feira 14h30 — Sessão deliberativa ordinária Pauta: Segundo dia de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 90/99, que disciplina o pagamento de precatórios judiciais; *Projeto de Resolução (PR) nº 9/2000, que autoriza a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos a elevar temporariamente seu limite de endividamento e a contratar duas operações de crédito externo; *PR nº 10/2000, que autoriza o Brasil a contratar crédito externo no valor de até US\$ 30,3 milhões, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird); e *Requerimento nº 52/2000, da senadora Emilia Fernandes, solicitando a remessa à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Projeto de Lei da Câmara nº 37/96, que dispõe sobre o controle da poluição causada por lançamento de petróleo e derivados em águas sob jurisdição nacional.
Quarta-feira 14h30 — Sessão deliberativa ordinária Pauta: Terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 90/99.
Quinta-feira 10h — Sessão deliberativa ordinária Hora de Expediente: Comemoração do 40º aniversário de criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Pauta: Quarto dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 90/99.
Sexta-feira 9h — Sessão deliberativa ordinária Pauta: Quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 90/99.
COMISSÕES
Terça-feira 10h — Comissão de Assuntos Econômicos Pauta: 1ª parte: *Ofício "S" nº 2/2000, do Banco Central sobre pedido da prefeitura de Cachoeirinha (RS) para contratar operação de crédito para investimentos em infra-estrutura urbana; e *Mensagem nº 170/99, propõe sejam autorizadas operações financeiras de que trata o Contrato de Reestruturação de Dívida da República de Moçambique para com o Brasil, no valor de US\$ 150,8 milhões. 2ª parte: Exposição de Fábio Barbosa, secretário do Tesouro Nacional, sobre os critérios utilizados na renegociação da dívida mobiliária do estado de Pernambuco e sobre as negociações da dívida do município de São Paulo, de acordo com requerimento do senador Romero Jucá. <i>Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19</i>
15h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização Pauta: Votação de relatórios setoriais do Orçamento para 2000. <i>Plenário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados</i>
17h — Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos Pauta: Exposição de Andrea Calabi, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), sobre a aplicação de recursos do orçamento do banco, em atendimento a requerimento do senador Mazarildo Cavalcanti. <i>Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19</i>
17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Pauta: Tramitam em conjunto os projetos de Lei do Senado nºs *292/99, que dispõe sobre o fabrico, depósito, trânsito e porte de arma de fogo; *386/99, que acrescenta dispositivos à Lei nº 9.437/97, a fim de estabelecer critérios para o porte de armas de fogo; e *614/99, que proíbe a venda de armas de fogo e munição em todo o território nacional. <i>Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7</i>
Após a Ordem do Dia — Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Pauta: Tramitam em conjunto, com decisão não terminativa, as PECs nºs 67/99, que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza; e *96/99, que cria o Fundo Constitucional de Combate à Pobreza e a Contribuição Social sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e Créditos de Natureza Financeira; e votação secreta da *Mensagem nº 64/99, que submete o nome do tenente-brigadeiro-do-ar Marcus Herndl para o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar. <i>Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3</i>
Quarta-feira 9h — Comissão Mista para analisar a *Medida Provisória nº 1988-16, que dispõe sobre as operações com recursos dos fundos constitucionais de financiamento Pauta: Audiência pública com o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Adylson Motta. <i>Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2</i>
10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Pauta: Tramitam, entre outros, com decisão não terminativa: PEC nº 4/2000, que propõe a Desvinculação de Receitas da União (DRU); Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 3/2000, que dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas (ANA); PEC nº 67/99, que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza; PEC nº 96/99, que cria o Fundo Constitucional de Combate à Pobreza e a Contribuição Social sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e Créditos de Natureza Financeira. <i>Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3</i>
10h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização Pauta: Apresentação e votação de relatórios setoriais do Orçamento para 2000. <i>Plenário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados</i>
Quinta-feira 9h — Comissão Mista para analisar a *MP nº 1988-16, que dispõe sobre as operações com recursos dos fundos constitucionais de financiamento Pauta: Audiência pública com representantes de diversas entidades, incluindo os ministros da Fazenda, Agricultura e Integração Nacional. <i>Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2</i>
10h — Comissão Mista destinada a examinar a *MP nº 2.011-4, que institui a Taxa de Autorização de Bingos Pauta: Depoimento do presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira. <i>Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2</i>
10h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização Pauta: Votação de relatórios setoriais do Orçamento para 2000. <i>Plenário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães</i>

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalma Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senado vota esta semana PEC dos precatórios

Relator da proposta, senador Edison Lobão, incluiu artigo que estabelece o parcelamento, em até dez anos, dos débitos resultantes de processos instaurados até 31 de dezembro de 1999

O Senado continua a discutir nesta semana proposta de emenda à Constituição (PEC) que disciplina o pagamento de precatórios judiciais. A votação da matéria, em primeiro turno, acontecerá na sexta-feira, quando a PEC já terá cumprido prazo de cinco dias de discussão. De acordo com a proposta, somente serão pagos débitos provenientes de sentenças já transitadas em julgado, ou seja, que não tenham mais a possibilidade de recurso.

Para viabilizar o pagamento de precatórios atrasados, o relator da PEC, senador Edison Lobão (PFL-MA), propôs a inclusão de artigo que estabelece o parcelamento, em até dez anos,

dos débitos resultantes de processos instaurados até 31 de dezembro de 1999. As ações ajuizadas após esta data serão pagas à vista.

Amanhã, o Senado vota autorização para que o governo brasileiro contrate empréstimo no valor de US\$ 30,3 milhões junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). Os recursos serão destinados ao Projeto de Assistência Técnica a Saneamento para População de Baixa Renda, da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano.

Também amanhã será votada autorização para que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) eleve temporariamente seu limite de

endividamento e possa contratar duas operações de crédito externo, uma com a instituição alemã Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), no valor de 121,5 milhões de marcos, e outra com o Societ Générale – Banco Sogeral, no valor de 53,7 milhões de euros. A ECT utilizará os empréstimos externos no Programa de Ampliação do Sistema de Telecomunicações e na automação do sistema de triagem de objetos.

O 40º aniversário de criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) será comemorado durante a Hora do Expediente da sessão da quarta-feira. A homenagem foi requerida pelo senador Francelino Pereira (PFL-MG).

CAE ouve amanhã o presidente do BNDES

Os critérios utilizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a distribuição de seus recursos entre as regiões do país serão explicados amanhã pelo presidente da instituição, Andrea Calabi, aos senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A exposição de Calabi atende a requerimento feito pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), que demonstrou insatisfação com a destinação, no ano passado, de 80% dos recursos orçamentários às regiões Sul e Sudeste e 20% às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O senador também quer saber a previsão de aplicação para o ano 2000. A reunião está marcada para as 17h.

Por sugestão do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o presidente do BNDES também deverá apresentar dados sobre a

destinação dos recursos de acordo com o porte e nacionalidade da empresa, além da finalidade do empréstimo. O senador Agnelo Alves (PMDB-RN) pedirá a Calabi que o BNDES adote uma política de financiamento com juros fixos, sem mecanismos de correção monetária.

No mesmo dia, CAE também votará, a partir das 10h, autorização para que o governo renegocie a dívida de Moçambique com o Brasil, no valor de US\$ 150,8 milhões, e para que a Prefeitura de Cachoeirinha (RS) contrate empréstimo junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul), no valor de R\$ 2 milhões, a serem aplicados na infra-estrutura urbana da cidade.

Em seguida, o secretário do Tesouro Nacional, Fábio Barbosa, prestará esclarecimentos sobre os critérios utilizados na renegociação das dívidas mobiliárias do estado de Pernambuco e do município de São Paulo, decorrentes da emissão de letras financeiras destinadas a pagamento de precatórios judiciais.

Exposição de Calabi atende a requerimento do senador Mozarildo Cavalcanti



Quintanilha quer aprimorar os fundos constitucionais

A medida provisória que modifica a política de juros para os financiamentos com recursos dos fundos constitucionais regionais recebeu elogios do senador Leomar Quintanilha (PPB-TO). A MP, na opinião do senador, tem o mérito de tentar melhorar as condições dos financiamentos, mas peca por estabelecer encargos financeiros ainda elevados, variando de 5% a 16%.

De acordo com o senador, a existência de cláusula nos contratos estabelecendo revisão anual dos encargos financeiros sempre que a Taxa de Juros de

Longo Prazo apresentar variação acumulada superior a 30% representa uma espécie de indexação. Quintanilha vê dificuldades para os produtores rurais, se não houver flexibilização das regras da MP.

— É preciso que nos dediquemos mais à análise desta medida provisória, para que possamos melhorá-la — sugeriu.

Em aparte, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) propôs, para pagamento das dívidas junto aos fundos, a adoção do mesmo cálculo que foi estabelecido para o Programa de Recuperação Fiscal.

Comissão de Orçamento vai acelerar ritmo das votações

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização vai imprimir ritmo mais forte às votações do



Gilberto Mestrinho

Orçamento Geral da União para 2000, a partir de amanhã, quando serão examinados os destaques do relatório setorial, já aprovado, relativo à Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia. Também já foram votados

os relatórios e destaques das áreas de Poderes de Estado e Representação; Justiça e Defesa; Fazenda e Desenvolvimento; e Agricultura e Política Fundiária:

— Embora estejamos em dia com o cronograma, a partir de terça-feira (*amanhã*) estenderemos as sessões e entraremos pela noite, se necessário — disse o presidente da comissão, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).

O senador previu que até o início da semana seguinte, todos os relatórios setoriais terão sido discutidos e aprovados para encaminhamento ao relator-geral do Orçamento. Ele terá até dez dias após o recebimento dos relatórios setoriais para elaborar o relatório final e o encaminhar à discussão e votação no Plenário da comissão.

Ainda faltam ser apreciados os relatórios setoriais da Infra-Estrutura; da Saúde; da Previdência Social; da Integração Nacional, Meio Ambiente, Desporto e Turismo, e do Planejamento e Desenvolvimento Urbano. Mestrinho informou que enquanto o relator-geral do Orçamento estiver elaborando seu texto final, a comissão discutirá e votará o relatório referente ao PPA.



O combate à pobreza não retira recursos da atual arrecadação do governo, conforme o substitutivo do senador Lúcio Alcântara

CCJ discute proposta do fundo contra pobreza

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) terá uma semana de discussão e votação de projetos importantes. Amanhã, os senadores examinarão o substitutivo que o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) apresentou a duas propostas de emenda constitucional que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e da comissão parlamentar mista que estudou o assunto.

O substitutivo contém partes dos dois projetos, mas Lúcio Alcântara não quer tirar dinheiro da atual arrecadação do governo, e sim criar adicionais para a CPMF e para o IPI. O adicional da CPMF seria de 0,08% e só começaria a ser cobrado em junho próximo, quando a alíquota da contribuição cairá de 0,38% para 0,30%. Já o adicional do IPI seria de cinco pontos percentuais e incidiria apenas sobre produtos supérfluos. Alcântara acredita que o Fundo de Combate à Pobreza receberia por ano de R\$ 3 bilhões a R\$ 5 bilhões.

Na quarta-feira, a CCJ examinará uma emenda constitucional considerada fundamental para o governo — a que cria a Desvinculação de Receitas da União (DRU). Ela autoriza o governo a aplicar onde quiser 20% de todos os impostos com destinação específica (Educação, Seguridade), o que somará cerca de R\$ 45 bilhões por ano. O Orçamento federal para este ano, ainda em votação pelo Congresso, já conta com este dinheiro para bancar projetos e programas do Executivo. O relator do projeto também é o senador Lúcio Alcântara e ele mantém o texto como saiu da Câmara,

que prevê que a DRU irá durar até o ano 2003.

Também na quarta, os senadores da CCJ discutem mais um projeto que regulamenta a reforma administrativa. Trata-se das normas sobre a demissão de funcionários públicos por insuficiência de desempenho, já votadas pelos deputados. A proposta, relatada pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR), determina que os servidores do país sejam avaliados todo ano por uma comissão de quatro pessoas, que analisarão a produtividade, a conduta, a assiduidade, a pontualidade e a disciplina dos funcionários. Quem receber avaliação insuficiente por dois anos seguidos, ou três num prazo de cinco anos, poderá perder o emprego.

O projeto estabelece ainda quais serão as carreiras típicas de Estado, cujos funcionários não serão abrangidos pela demissão por insuficiência de desempenho. Os deputados incluíram na lista todos os advogados, os procuradores, os fiscais em geral, auditores, funcionários da carreira diplomática, policiais federais e civis e técnicos da área de Orçamento. Romero Jucá acrescentou algumas carreiras à lista, entre elas técnicos que cuidam de segurança da área nuclear.

Outro projeto considerado importante, e que pode ser votado pela CCJ na quarta-feira, cria a Agência Nacional de Águas (*ver matéria na Página 6*), que cuidará de toda a política brasileira de recursos hídricos. Consta ainda da pauta, no mesmo dia, dois projetos com as normas gerais da previdência complementar no país e sua fiscalização, ambos previstos na reforma da Previdência.



A TV Senado, conforme Nabor, dá ao Congresso "acesso direto e sem intermediários à cidadania"

Nabor saúda o quarto ano de existência da TV Senado

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) destacou, em discurso em Plenário, a excelência atingida pela TV Senado, a propósito do quarto aniversário da emissora, comemorado neste mês. Para ele, a TV Senado "já está consagrada como valioso instrumento para a divulgação das atividades do Legislativo e para a própria consolidação da democracia do país".

— A alegria de ver o desenvolvimento saudável da TV Senado não tem igual, principalmente pelo que ela tem de pioneirismo, já que foi o primeiro canal de televisão legislativa em nível nacional, realizando os sonhos que começamos com Pessoa de Queiroz, materializaram-se na administração do ex-presidente José Sarney e se consolidam, hoje, na Mesa presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães — afirmou.

Nabor acredita que, mais do que qualquer outro Poder, "o Congresso depende de um acesso direto, imediato e sem intermediários à cidadania". Na sua avaliação, antes da TV Senado, a transmissão dos debates e atividades da Casa era motivo de "incompreensões maldosas" sobre o Senado.

— Os critérios editoriais e os padrões jornalísticos nem sempre refletem a riqueza de vivências e de intenções trazidas pelos senadores de seus respectivos estados. A divulgação institucional de notícias e fatos do Senado é equânime, dando a todos os senadores iguais perspectivas de falar à nacionalidade, sem distinção — declarou.

O senador encerrou seu discurso solicitando à presidência da Casa que cumprimente em seu nome os jornalistas Fernando Cesar Mesquita, diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado, Marilena Chiarelli, diretora da TV e uma das responsáveis pela sua instalação, e todos os profissionais da emissora pelo quarto ano de sucesso nas atividades.

Mozarildo quer um índio na presidência da Funai

Para ele, o atual ocupante do cargo, Carlos Frederico Marés, deve ser exonerado por ter demitido "por fax" o indigenista Orlando Villas Bôas

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) pediu sexta-feira a demissão do presidente da Funai, Carlos Frederico Marés. O episódio da demissão "via fax" do indigenista Orlando Villas Bôas teria, na opinião de Mozarildo, apontado o melhor momento para a substituição de Marés. O senador aproveitou para sugerir a indicação de um índio para o cargo.

De acordo com Mozarildo, no ano em que o Brasil comemora os 500 anos do seu descobrimento, o presidente da República poderia homenagear as populações indígenas nomeando um de seus representantes para comandar o órgão que trata das questões do índio.

Na opinião do senador, o titular da Funai "não passa de um gigolô do Con-



Mozarildo: escolha de um índio homenagearia nações indígenas nos 500 anos do descobrimento

selho Indigenista Missionário (Cimi)", que agiria, conforme Mozarildo, por influência de organizações não-governamentais. Mozarildo avalia que as ONGs "se infiltraram como uma metástase na própria Funai" e que a permanência de Marés refletiria a força destas instituições.

Mozarildo Cavalcanti aproveitou o pronunciamento para solicitar providências ao Ministério da Justiça para que intervenha junto à coordenação da Funai em Roraima. Segundo o senador, o coordenador da fundação no estado, Walter Góes, estaria praticando "um verdadeiro incitamento à guerra", estimulando os índios a fazerem barreiras em estradas e impedirem o trânsito de outros índios.



Patrocínio: doença causa demissões e crescimento das aposentadorias precoces

Patrocínio alerta para aumento dos casos de LER

Ao advertir sobre a necessidade de o Brasil melhorar a proteção à saúde do trabalhador, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) destacou o crescimento de casos de pessoas acometidas pelas chamadas Lesões por Esforços Repetitivos (LER). A enfermidade, explicou, inclui-se no campo das doenças ocupacionais e atinge mais aqueles que trabalham com computadores, podendo levar à invalidez permanente.

A LER, informou, é uma doença identificada recentemente, que atinge trabalhadores de todo o mundo, principalmente em função da crescente informatização. Patrocínio enfatizou que "é grande o número de trabalhadores que sofrem da doença, chamada também de síndrome de digitadores".

— A globalização, a concorrência acirrada, a pressão por aumentos constantes de produtividade, a redução de custos e dos quadros de pessoal com o conseqüente aumento da carga de trabalho geram uma pressão física e psicológica sobre o trabalhador — sintetizou o senador, que teme que o fenômeno possa se agravar.

A doença, que poderia ser evitada ou ter seus efeitos reduzidos, observou Patrocínio, tem gerado a demissão de trabalhadores ainda jovens, treinados, com potencial para produzir de forma decisiva no desempenho das empresas. Além disso, continuou, a Previdência Social terá de suportar custos adicionais de aposentadorias precoces, "o que irá impossibilitar seu equilíbrio de longo prazo, gerando pressão sobre o déficit público".

— A prevenção de acidentes de trabalho e a redução de doenças profissionais devem ser preocupação de todos: empresários, governo e trabalhadores, como forma de promoção da dignidade da pessoa humana — concluiu Carlos Patrocínio.

Viana protesta contra abusos nos preços de remédios

A indústria farmacêutica, uma das mais fortes do país, tem norteado as ações da política de saúde no Brasil, disse sexta-feira o senador Tião Viana (PT-AC), ressaltando que o aumento dos preços dos remédios verificado em janeiro "fere a dignidade da população". O senador citou artigos publicados na imprensa indicando aumentos de até 97% nos preços dos remédios em janeiro.

— A ampicilina aumentou 97,1%; a amoxicilina, 20,7%; e o sulfato ferroso, 16,3% — afirmou.

Tião Viana lembrou que a partir desta



Segundo Tião Viana, alguns produtos chegaram a aumentar até 97,1% no mês de janeiro

semana a população terá acesso aos seis primeiros medicamentos genéricos liberados pelo Ministério da Saúde. "É uma semente de esperança, que vem crescendo desde 1993, quando a legislação dos genéricos começou a tramitar no Congresso", disse.

O senador elogiou ainda a atuação da comissão parlamentar de inquérito (CPI) da Câmara dos Deputados que

investiga irregularidades na indústria farmacêutica. Para Viana, é importante dar atenção à comissão para que a pressão de manipulação da indústria farmacêutica não abafe os trabalhos da CPI.

Em aparte, Romero Jucá (PSDB-RR) afirmou que as ações do Ministério da Saúde têm dado visibilidade ao problema. "O objetivo final é conseguir baixar os preços dos remédios", afirmou, lembrando declaração do ministro José Serra de que os altos preços dos medicamentos ferem os direitos humanos, prejudicando principalmente a população mais pobre.

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), também em aparte, disse que o cidadão comum muitas vezes se vê perdido diante de discussões técnicas, como a dos genéricos. "É preciso haver do Ministério da Saúde não só a visão econômica, mas também a de saúde, para que o cidadão que vai usar o medicamento possa ter certeza da qualidade do remédio", opinou.

Valadares propõe desconto de medicamentos no IR de idosos

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) apresentou projeto permitindo que aposentados e pensionistas com idade igual ou superior a 60 anos descontem do Imposto de Renda as despesas efetuadas com medicamentos para uso próprio. Segundo ele, "a proposta tem o objetivo de minorar a injusta situação que vivem esses idosos, em face dos aumentos abusivos de preços praticados pela indústria farmacêutica". A proposta foi encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos, em caráter terminativo.

Ao justificar o projeto, o senador informa que de julho de 1994 até já

neiro deste ano, de acordo com dados do Conselho Regional de Farmácia do Distrito Federal, os cem medicamentos mais vendidos no país tiveram, em média, aumento nominal de 145,14%, contra uma inflação de 85,30%. Ainda segundo o conselho, o faturamento da indústria farmacêutica passou de US\$ 3,2 bilhões, em 1994, para US\$ 11 bilhões, no final do ano passado.

De acordo com Valadares, o projeto pretende proteger aposentados, pensionistas e idosos em geral, que têm doenças crônicas que exigem controle constante e não têm meios para reagir contra os abusos. "Muitas vezes,



O projeto de Antonio Carlos Valadares permite o desconto para quem tem 60 anos ou mais

privam-se de tomar os medicamentos, abreviando a vida, num suicídio lento, auxiliado pela conjuntura econômica e social", frisou.

Projetos alteram a previdência complementar

CCJ examina nesta semana duas propostas que integram a segunda etapa da reforma no setor, iniciada com emenda constitucional de 1998. Em seguida, matérias serão enviadas à Comissão de Assuntos Sociais

O patrimônio das entidades de previdência complementar holandesas superam o Produto Interno Bruto (PIB) daquele país em 20%. Na Suíça, os montantes são iguais, enquanto nos Estados Unidos esses ativos equivalem a 80% do PIB norte-americano. No Brasil, os poucos mais de 350 fundos de pensão existentes não têm mais do que 10% do PIB nacional em ativos.

Dois projetos de lei complementar que serão apreciados nesta semana pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado podem alterar este quadro no país. Ambos já foram aprovados na Câmara dos Deputados e integram a segunda etapa da reforma da Previdência, iniciada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998.

Está prevista para quarta-feira a votação, pela CCJ, do projeto que trata das normas gerais da previdência complementar e atribui a fiscalização a órgãos do Ministério da Previdência e Assistência Social e do Ministério da Fazenda. O projeto tem parecer favorável do relator da matéria, senador Francelino Pereira (PFL-MG).

O senador José Fogaça (PMDB-RS) apresentará à CCJ relatório favorável ao projeto que trata das relações entre o poder público e as entidades fechadas de previdência complementar. Relator da matéria, ele ressalta que o governo poderia ter tratado do tema em uma única lei complementar, mas optou por encaminhar três diferentes projetos ao Congresso.

Ambos são projetos de lei comple-

mentar, cuja aprovação exige maioria absoluta — ou seja, os votos de metade mais um dos deputados e senadores. A emenda constitucional que deu início à reforma determinou que leis desse tipo cuidassem da regulamentação do regime de previdência complementar, com normas gerais tanto para o setor privado quanto para o setor público.

Da mesma forma, a nova redação da Constituição exigiu *quorum* qualificado para a legislação sobre as normas gerais para a instituição do regime de previdência complementar pelo poder público, incluindo a administração indireta, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente.

Ficou também estipulado pela reforma que lei complementar trataria das relações entre o poder público e essas

entidades. Por sua vez, o artigo 192 (modificado pela Emenda Constitucional nº 13) pede lei complementar para a autorização e o funcionamento das entidades de previdência, assim como para criação de seu órgão regulador e fiscalizador.

Embora imponham uma série de atribuições ao órgão regulador e fiscalizador, este não é instituído em nenhum dos dois projetos em tramitação no Senado. Se aprovados pela CCJ quanto à sua juridicidade e constitucionalidade, ambos os projetos seguem para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que se pronunciará sobre o mérito das matérias. Um terceiro projeto que trata da instituição do regime de previdência complementar pelo poder público ainda tramita na Câmara dos Deputados.



Fogaça (D) anunciou que apresentará à CCJ parecer favorável ao projeto que trata das relações entre o poder público e as entidades

Contribuinte pode mudar de um fundo para outro

A proposição que regulamenta a previdência complementar, cuja redação final aprovada pela Câmara dos Deputados obteve parecer favorável do relator na CCJ, senador Francelino Pereira (PFL-MG), traz várias inovações. Ele estabelece que as entidades podem ser fechadas, nas quais há um vínculo prévio entre os participantes, ou abertas, sem necessidade de nenhum vínculo anterior.

Uma importante modificação é a instituição da portabilidade, instrumento pelo qual o participante de uma entidade de previdência complementar poderá transferir sua poupança acumulada para o plano de benefícios de outra entidade, aberta ou fechada, em razão do término de seu vínculo com o patrocinador ou instituidor. A portabilidade, entretanto, somente poderá transferir os recursos entre os fundos de previdência complementar, sendo proibido o trânsito dos recursos entre os participantes.

A proposta cria o benefício proporcional diferido (conhecido, no merca-

do, como *vesting*), que possibilita ao beneficiário optar pelo recebimento futuro de um benefício, proporcional às suas contribuições, em razão do fim do vínculo empregatício com o patrocinador ou instituidor ocorrido antes da aquisição do direito ao benefício pleno. Institui ainda os planos de contribuição definida e contribuição variável, dando ao órgão regulador a incumbência de normatizar novas formas de planos.

Esta é, aliás, uma entre cerca de meia centena de atribuições do órgão regulador e fiscalizador das entidades de previdência estabelecidas no projeto. Sua criação também dependerá de lei complementar, conforme o artigo 192 da Constituição. Até lá, o projeto determina que suas funções sejam exercidas pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar e pela Secretaria de Previdência Complementar, do Ministério da Previdência e Assistência Social, e também pelo Conselho Nacional de Seguros Privados e Superintendência de Seguros Privados (Susep), do Ministério da Fazenda.

Fogaça vê estímulo à economia

Para o senador José Fogaça, o projeto que trata das relações entre o poder público e suas entidades de previdência complementar tem alcance futuro, por permitir que a Previdência regulamentar do setor público deixe de ser deficitária. O senador ressaltou a liberdade que a proposição dá para os diversos níveis de contribuição e de benefícios, deixando a opção para o próprio participante.

O senador, que relata uma das propostas em análise pela CCJ, disse que o projeto atende aos servidores por permitir que eles realizem uma poupança, durante a vida, que seja superior àquilo que é assegurado pelo Estado.

Além disto, Fogaça observou outra função da previdência complementar: dinamizar a economia.

— A proposta abre a perspectiva de que o sistema previdenciário se transforme também em um sistema de capitalização, poupança e investimento — afirmou.

A força da previdência complementar

	Estados Unidos: ativos equivalem a 80% do PIB
	Holanda: o patrimônio das entidades de previdência complementar holandesas supera o Produto Interno Bruto (PIB) em 20%
	Suíça: montante dos ativos dos fundos é igual ao PIB
	Brasil: os poucos mais de 350 fundos existentes não têm em ativos mais do que 10% do PIB

No setor público, carência mínima de 60 contribuições

O projeto de lei que trata das relações entre o Poder Público e suas entidades de previdência complementar, já aprovado na Câmara e com parecer favorável de seu relator na CCJ, senador José Fogaça, prevê uma carência mínima de 60 contribuições mensais, além do fim do vínculo empregatício com o patrocinador, para que o benefício possa começar a ser pago. Também exige a concessão prévia do benefício pelo regime de previdência ao qual o participante esteja filiado por intermédio de seu patrocinador.

A proposta procura regular as relações da União, estados, Distrito Federal e municípios — incluindo suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente — com as entidades de previdência complementar por elas instituídas. Entre outras medidas, proíbe que os órgãos do po-

der público assumam encargos adicionais para o financiamento dos planos de benefícios.

CONSELHOS

O projeto trata da formação dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, assim como das atribuições da diretoria executiva. Os conselhos serão paritários, com igual representação de participantes e patrocinadores. A fiscalização ficará a cargo do órgão regulador e fiscalizador, a ser criado por outra lei complementar.

A proposição estabelece ainda que as entidades de previdência complementar patrocinadas por entidades públicas deverão ajustar atuarialmente, com relação a seus ativos, seus planos de benefícios e serviços até 16 de dezembro deste ano — prazo estipulado pela Emenda Constitucional nº 20. Após a promulgação da lei, as empresas terão prazo de um ano para adaptarem-se à nova legislação.

Francelino prevê adesão de 48 milhões e poupança forte

Um público potencial de 48 milhões de brasileiros foi a meta declarada pelo governo federal ao enviar o projeto de lei complementar que trata da Previdência Privada. Esse público-alvo, ressaltado pelo relator da matéria no Senado, Francelino Pereira (PFL-MG), refere-se à parcela da População Economicamente Ativa (PEA) que não participa de nenhum sistema fechado de poupança previdenciária.

O projeto traz várias inovações sobre o assunto. Para o relator, a medida pode, além de resolver o proble-

ma previdenciário no país, representar um alento também para outros setores.

— Muitos dos problemas graves de falta de recursos para a habitação e para obras de infraestrutura podem receber solução parcial a partir da formação dessa poupança de longo prazo, que é a previdência complementar — disse à Agência Senado.

O senador apresentou uma emenda de redação à CCJ, onde o projeto está com vista coletiva. Já a emenda apresentada pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), detalhando normas para punição e apresentação de recursos, foi rejeitada pelo relator.



Francelino Pereira

Cabral defende criação da Agência Nacional de Águas

Senador anuncia que seu voto como relator do projeto do Executivo será favorável e diz que assunto merece muita preocupação

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) declarou ao Plenário, na sexta-feira, seu voto favorável ao projeto do governo que cria a Agência Nacional de Águas (ANA) e profissionaliza a área de gerenciamento de recursos hídricos, do qual é relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Afirmando que "a água é o ouro do século XXI", Cabral frisou que a questão da água deve ser repensada e receber mais atenção:

— Por muito tempo se pensou que a água era um bem inesgotável e que jamais precisaríamos nos preocupar com ela. Se essa preocupação fosse mais antiga, hoje a água não seria tão cara como é — observou o senador.

Cabral lembrou que já foi contra a criação da ANA, por acreditar que a Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente teria condições de tratar da questão, mas mudou de opinião. Ele pregou a fiscalização sobre as ações do governo nessa área, acres-



Para Cabral, a questão da água deve ser repensada: "É o ouro do século XXI", disse o senador

centando que, depois da criação da ANA, "não haverá mais desculpas de falta de pessoal e recursos".

Em aparte, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) louvou a criação da ANA, mas manifestou sua preocupação com o que chamou de "modismos". Ele lembrou que "há algum tempo a moda era criar fundações, o que acabou ge-

rando frustrações enormes". O senador observou, no entanto, que os recursos hídricos precisam estar "desamarrados" de um ministério. Mozarildo expressou ainda sua preocupação com a interferência das organizações não-governamentais (ONGs), que chamou de colonialismo moderno.

Também em aparte, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) citou dados da Fundação Nacional de Saúde segundo os quais 60% da água tratada e distribuída em Rio Branco (AC) são perdidos, contra uma média nacional de 40% de perdas.

Carlos Patrocínio (PFL-TO) disse que esta é uma questão de vital importância para o futuro da vida no planeta. "Se nada mudar, a previsão é de que em 20 ou 30 anos cada pessoa tenha a seu dispor no máximo 50% da água que tem hoje, por causa do desmatamento, do aumento da população mundial e da poluição", disse Patrocínio.

Lessa quer investigar vazamento de óleo

O senador Geraldo Lessa (PSDB-AL) apresentou requerimento à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura propondo a criação de uma subcomissão temporária destinada a investigar as consequências para o meio ambiente do vazamento de óleo da Refinaria Duque de Caxias (Reduc) na baía de Guanabara. Sua idéia é que cinco senadores investiguem, inclusive no local, os efeitos desse desastre, assim como as providências para abrandar os prejuízos:

— O objetivo dessa subcomissão é acompanhar e fiscalizar, ver o impacto causado, ver se as medidas de compensação são eficazes, se as medidas mitigadoras, do ponto de vista técnico, são adequadas e se a tecno-

logia utilizada é a melhor.

Geraldo Lessa disse que, observando-se os orçamentos que a União e os estados destinam ao meio ambiente no Brasil, percebe-se que são cifras ridículas. Mais grave ainda, observou ele, é o fato de que recursos reservados a conservação, fiscalização e pesquisa nessa área nem sempre são aplicados. "São destinados às mais diversas áreas", reclamou.

Em sua opinião, o acidente com a Reduc não produziu apenas danos ecológicos, mas afetou a economia brasileira e arranhou a imagem do Brasil no exterior. O senador entende que a criação dessa subcomissão servirá para aprofundar o debate sobre o

assunto e evitar catástrofes semelhantes no futuro, com a adoção de medidas preventivas.



Lessa: acidente na Reduc afetou economia e arranhou a imagem do Brasil no exterior

Nabor critica redução das comissões pagas por empresas aéreas a agências

Ao comunicar que recebeu mensagem da seção do Acre da Associação Brasileira de Agências de Viagem (Abav) denunciando que as empresas aéreas estavam reduzindo as comissões pagas às agências pela emissão de passagens, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) defendeu, na sexta-feira, uma posição mais firme do Senado, no seu papel de representante da cidadania e defensor dos interesses nacionais:

— Há poucos dias o Congresso aprovou projeto que proibiu a implantação dos auto-serviços de abastecimento nos postos de gasolina, numa clara demonstração de que está acordando para a necessidade de refrear um pouco a ganância do empresariado, que, em gran-



Nabor: omissão das autoridades permite que empresas pratiquem truculência contra agências

de parte, passa por cima de qualquer princípio ético ou humano quando se trata de ganhar algumas frações per-

centuais de lucro — lembrou Nabor.

A remuneração dos agentes pela emissão de bilhetes internacionais caiu de 9% para 6% e o corte nas comissões pela venda de passagens domésticas foi de 30%, informou o senador:

— O Brasil não pode continuar permitindo que grupos estrangeiros ditem regras em setores essenciais, como é o dos transportes aéreos. A omissão das nossas autoridades permitiu que empresas norte-americanas pratiquem essa truculência contra os agentes de viagem. A mesma omissão incentivou as empresas nacionais a tomarem idêntica atitude, estendendo sua voracidade também aos trechos domésticos — protestou Nabor Júnior.

Arruda pede apoio para desenvolver o Entorno de Brasília

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) fez um apelo ao ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, aos governadores Joaquim Roriz (DF) e Marconi Perillo (Goiás) e às bancadas no Congresso, no sentido de que somem esforços para resolver os problemas dos municípios localizados na região do Entorno do Distrito Federal. Ele defendeu como ponto de partida a implementação das medidas previstas na lei, de sua iniciativa e do senador Iris Rezende (PMDB-GO), que cria a Região Integrada do Desenvolvimento do Entorno.

Os municípios do Entorno seriam beneficiados com o estímulo à instalação de empresas por meio da redução de impostos e com a liberação de recursos para obras de infra-estrutura, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população da periferia, destacou o senador.

Arruda pediu a transcrição, nos Anais da Casa, de editorial publicado na última terça-feira pelo jornal *Correio Braziliense*, sob o título "O grito do Entorno". E disse que a população de um milhão de habitantes do Entorno vive em condições de miséria, sem dispor sequer de hospitais, postos de saúde, rede de água e esgoto ou policiamento. Ele acrescentou que esses habitantes terminam pressionando Brasília na busca de emprego e até esmolando:

— Se não houver um modelo de



Arruda apontou o risco de formação de uma nova "Baixada Fluminense" na região

desenvolvimento integrado entre o Distrito Federal e o Entorno, a própria qualidade de vida da capital será inviabilizada. Ou investimos no Entorno e a população passa a ter boas condições de vida, ruas asfaltadas, empregos, escola, polícia e saúde, ou estaremos criando uma Baixada Fluminense pior do que a original — comparou José Roberto Arruda.

O senador pelo Distrito Federal lembrou que, de acordo com a previsão no projeto original de Lúcio Costa, o Distrito Federal deveria ter 500 mil habitantes no ano 2000, quando esse número já chegou a 2 milhões. Arruda afirmou que o mais grave é que as cidades criadas em função de Brasília cresceram sem infra-estrutura ou quaisquer cuidados mínimos com sua população.

Senador insiste em restrições ao porte e à venda de armas

Depois de registrar que os jornais de Brasília trataram da morte de 15 pessoas no Distrito Federal em apenas um final de semana, todas elas vítimas de violência, o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) lembrou que nesta semana o Senado estará debatendo pareceres dos senadores Pedro Piva (PSDB-SP) e Renan Calheiros (PMDB-AL), nas comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), respectivamente, ao projeto de sua autoria limitando a venda e o porte de armas de fogo:

— Espero que cada senador reflita profundamente se vamos continuar protegendo o *lobby* dos fabricantes de armas que se enriquecem à custa de dar uma arma para que um brasileiro mate outro, ao mesmo tempo em que as cidades vão se tornando mais violentas. Até nos Estados Unidos, país de reconhecida violência, já se limitam armas — afirmou Arruda.

O assassinato de um delegado em São Paulo dentro do seu próprio carro, ao tentar reagir a um assalto, foi citado como exemplo pelo senador de que mesmo um perito em armas tende a ter sua tentativa de defesa frustrada. Ele ressaltou que o assaltante, quando está praticando um delito, está mais preparado para atirar do que a vítima. Segundo o senador, as estatísticas apontam que o risco de um cidadão morrer em um assalto estando armado é 57% maior.

Na opinião de Arruda, os senadores devem ter coragem de desarmar a população, aprovando o projeto que limita o porte e o uso de armas, sob pena de contribuir para o contínuo crescimento da violência no país. A medida, associada ao aparelhamento da polícia, deve proporcionar, na opinião do líder do governo, uma relevante queda nos seus índices de violência.

Romero Jucá repudia tese de cotas para nepotismo

A tese lançada na Câmara dos Deputados de criação de cotas para contratação de parentes de membros dos três Poderes na União, estados, Distrito Federal e municípios mereceu o repúdio do senador Romero Jucá (PSDB-RR). Falando em nome de seu partido no Senado, Jucá propôs, sexta-feira, a aprovação, dentro da reforma



Para Jucá, a contratação de parentes deve ser definitivamente proibida

Judiciário, de uma medida que acaba de vez com essa prática.

O senador comparou a possibilidade de se admitir um certo nível de nepotismo ao “estabelecimento de uma gradação para a gravidez, fixando que até determinado mês a mulher não estaria grávida”. Jucá lamentou as manifestações de líderes da Câmara em favor desse dispositivo e anun-

ciou a mobilização de seu partido para combater a iniciativa do deputado Gérson Peres (PPB-PA).

— Se passar pela Câmara, tentaremos bloquear no Senado essa iniciativa, que certamente deixará mal a classe política perante a sociedade brasileira — disse Romero Jucá.

O senador também anunciou o apoio obtido junto à Comissão Mista de Orçamento para a proposta de estender aos servidores dos estados do Acre, Rondônia, Roraima e Amapá os serviços de assistência médica de que desfrutam os demais funcionários da União. Na condição de servidores de ex-territórios, os funcionários públicos desses estados até agora não têm direito a esse benefício.

Lauro: ética deve prevalecer em processo contra Luiz Estevão

O senador Lauro Campos (PT-DF), que faz parte do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado, disse que os senadores devem levar em consideração os princípios éticos da política na avaliação do processo envolvendo o senador Luiz Estevão (PMDB-DF). O órgão vai examinar representação dos partidos de oposição contra Estevão.



Lauro: cabe à sociedade, e não aos partidos, definir princípios éticos

Esses princípios, na avaliação de Lauro Campos, não deverão ser definidos por um ou dois partidos, e sim por toda a sociedade. “As sociedades modernas são plurais e cada grupo obedece a um código de ética diferente”, observou.

Lauro Campos citou o livro *A Ética Protestante e o Espírito Capitalista*, em que o filósofo alemão Max Weber defende terem sido as reformas protestantes as responsáveis pelo surgimento do capitalismo. “A ética da pobreza dos primeiros tempos do cristianismo foi substituída pela riqueza, sendo um sinal da bênção de Deus. O juro deixou de ser pecado, surgiu o capitalismo.” Isso provocou, na análise do senador, o surgimento de duas éticas quase antagônicas no capitalismo: a do capital e a do trabalho. “Pessoalmente, serei coerente com minha experiência, porque sem coerência não pode haver ética”, afirmou.

Lúdio critica tratamento dispensado à agricultura

Governo brasileiro, diz senador, não oferece infra-estrutura, impõe altas taxas de juros e dificulta o desenvolvimento da agropecuária

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) alertou, em discurso feito sexta-feira, para a importância de o governo incentivar a agricultura. Ele destacou que enquanto os países europeus e os Estados Unidos subsidiavam o setor, no Brasil, o governo pratica as taxas de juros “mais altas do mundo”, não oferece infra-estrutura e ainda toma outras medidas que impedem o desenvolvimento da agropecuária.



Na opinião de Lúdio Coelho, FHC quer “privatizar o país e estatizar o campo”

— Os produtores brasileiros têm alta capacidade, mas têm condições precárias para produzir. Ainda assim, a agropecuária tem participado enormemente da balança de pagamentos do país. O que está acontecendo com essa política do presidente Fernando Henrique Cardoso é que ele está querendo privatizar o país e estatizar o campo — afirmou.

Lúdio também reclamou da medida provisória que determina que as propriedades rurais acima de 10 mil hectares, situadas na faixa de 150 quilômetros da fronteira, estão passíveis de desapropriação, caso não estejam com documentação regularizada. Para o senador, essa medida penaliza os produtores, cujos antecessores ocuparam as fronteiras há mais de um século, assegurando a presença nacional na região.

— Agora, o ministro (Raul Jungmann, da Política Fundiária) baixa a medida para que propriedades passem por esse levantamento, sob a alegação de irregularidades. Caberia ao Incria (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) ver as propriedades com problemas e ajudar na regularização, em vez de tornar os registros inexistentes — ponderou.

Segundo o senador, com a globalização, assiste-se à fusão de grandes empresas com o objetivo de reduzir custos. Mas com a agricultura e a pecuária no Brasil, continuou, o tratamento é diferente: “na agricultura, não se pode ser grande”.

— Não sei qual o raciocínio. É preciso ter produção grande para reduzir custos. Mas na agropecuária, as medidas todas são tomadas em sentido contrário — criticou.

Em aparte, Edison Lobão (PFL-MA) defendeu que o país adote uma cultura de defesa da agricultura, como existe nos EUA. “Estamos negligenciando um setor que é de fundamental importância para a nossa economia, que pode ser a grande avenida para o desenvolvimento do país”, disse.

Amorim cobra urgência na eletrificação rural em Rondônia

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) solicitou urgência ao governo federal na implantação do novo programa de eletrificação rural Luz no Campo, em Rondônia. “Aguardamos com grande expectativa o lançamento do programa, o que vai interiorizar o nosso desenvolvimento rural e fixar o nosso trabalhador no campo”, afirmou.

O senador disse que o programa, lançado recentemente em Mato Grosso, vai beneficiar 43 mil propriedades rurais naquele estado, atingindo 91 municípios. Ernandes Amorim salientou que Rondônia necessita com urgência do programa de eletrificação rural, que “resultará em grande impacto social e econômico para a região, com geração de emprego e renda, refletindo diretamente no faturamento da indústria, comércio e serviços, através da mecanização e modernização dos equipa-



Amorim espera que o programa Luz no Campo ajude o interior de Rondônia a se desenvolver

mentos agrícolas”.

Amorim fez ainda um alerta ao ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, de que o preço cobrado pelo kilowatt/hora no estado é o mais caro do país, o que inviabiliza qualquer programa de eletrificação rural.

Patrocínio elogia novos incentivos à exportação

As últimas providências tomadas pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior para melhorar as condições operacionais do comércio exterior brasileiro foram elogiadas pelo senador Carlos Patrocínio (PFL-TO). Segundo o relato do senador, foram eliminadas várias barreiras burocráticas nas áreas de emissão de certificados, cobrança de tarifas e impostos, despacho nas alfândegas e fechamento de operações cambiais.

Com as medidas, acredita Patrocínio, as exportações foram facilitadas, o que deve contribuir sensivelmente para que o Brasil atinja superávit na balança comercial neste ano. Dados colhidos por ele indicam que as exportações deverão chegar a US\$ 55 bilhões em 2000, registrando um crescimento de 17% em relação a 1999. As importações deverão se situar em US\$ 53 bilhões, com incremento de 9%. Nesse quadro, os produtos agropecuários terão papel destacado, com superávit de US\$ 13,38 bilhões, e continuarão sendo determinantes na conquista dos objetivos fixados pelo governo, segundo estudos econômicos citados pelo senador.

Patrocínio ponderou que essas previsões dependem de uma série de condicionantes: crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) a uma taxa entre 3,5% e 4% este ano, recuperação das economias européia e japonesa, manutenção do bom andamento da economia norte-americana e equilíbrio das taxas de juros internacionais. O bom desempenho do Brasil na área de comércio exterior no início deste ano mostra um horizonte favorável no setor, segundo Patrocínio.

Ele mencionou ainda a promessa do governo de que o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) irá desembolsar R\$ 6 bilhões para o programa de financiamento de longo prazo às exportações. O montante, destacou o senador, refletiria um crescimento de 60% sobre o total de recursos desembolsados pelo BNDES com a mesma finalidade em 1999.

Em aparte, Lauro Campos (PT-DF) observou que o Brasil voltou a adotar — depois de um período de estímulos às importações — o lema mercantilista do “exportar é o que importa”. Ele se disse contrário a essa política, por entender que os superávits comerciais normalmente significam transferência de riquezas reais ao exterior.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 — *Senado em Pauta*
7h30 — *Entrevista*: O senador Paulo Hartung fala sobre a CPI dos Medicamentos
7h55 — *Senado em Pauta*
8h — *Cores do Brasil*: Turismo em Marajó
8h30 — *TV Escola*: *Paisagens Brasileiras* — episódio: *Paisagem Industrial* — Betim/MG
8h55 — *Senado em Pauta*
9h — *Cores do Brasil*: Turismo Alagoas
9h30 — *Entrevista*: O senador Amir Lando fala sobre a proibição do uso de armas
9h55 — *Senado em Pauta*
10h — Comissão mista que analisa os fundos constitucionais (gravado — 2.2.2000)
11h25 — *Senado em Pauta*
11h30 — *Cidadania*: O senador Geraldo Cândido e o secretário-geral do Sindicato dos Petroleiros do RJ,

Mozart Schmitt de Queiroz, falam sobre o acidente ecológico na baía de Guanabara
12h25 — *Senado em Pauta*
12h30 — *Entrevista*: O senador Paulo Hartung fala sobre a CPI dos Medicamentos
12h55 — *Senado em Pauta*
13h — *Cores do Brasil*: Turismo no Espírito Santo
13h30 — *Debate*: O senador Freitas Neto e o presidente da Codevasf, Airson Lócio, falam sobre o desenvolvimento do Vale do Parnaíba
14h25 — *Senado em Pauta*
14h30 — Sessão Plenária (viva)
18h30 — *Entrevista*: O senador Amir Lando fala sobre a proibição do uso de armas
19h30 — *Debate*: O senador Freitas Neto e o presidente da Codevasf, Airson Lócio, falam sobre o desenvolvimento do Vale do Parnaíba
20h30 — *Entrevista*: O senador Paulo Hartung fala sobre a CPI dos Medicamentos
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

Eduardo destaca potencial do Norte e do Centro-Oeste

Senador pelo Tocantins afirma que excesso de concentração no Brasil litorâneo leva ao desconhecimento de riquezas naturais e culturais, com prejuízos para a economia e a soberania nacional

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) elogiou o comportamento de parte da imprensa nacional que tem dedicado espaço para mostrar as potencialidades, belezas e características das regiões Norte e Centro-Oeste. Para ele, “essa parte do Brasil até então desconhecida”, apesar de suas riquezas naturais e culturais, muitas vezes é menosprezada em favor dos estados da faixa litorânea.

— O excesso de concentração no Brasil litorâneo faz com que o próprio país desconheça a parte maior de si mesmo e desperdice as potencialidades que possui para alavancar, de forma sustentável, o seu desenvolvimento — comentou.

Na opinião do senador, essa concentração e esse desconhecimento constituem fatores de vulnerabilidade da economia e da afirmação da soberania do

Eduardo saúda interesse de parte da imprensa pelo Norte e o Centro-Oeste



Brasil diante do mundo e também contribuem para as sucessivas crises que afetam o país e o impedem de chegar ao patamar das nações desenvolvidas. Eduardo Siqueira Campos pediu ao Ministério da Cultura que observe os esforços que vêm sendo desenvolvidos por estados e municípios do Norte e Centro-Oeste para a recuperação, preservação e divulgação dos seus recursos culturais. Acrescentou que há muito a se fazer ainda na área de recuperação do folclore, da arte tradicional, do artesanato, de traços culturais e das tradições indígenas e africanas.

O senador registrou também mani-

festação organizada pela população do município de Monte do Carmo (TO), em homenagem ao cantor Rick, da dupla Rick e Renner. Ele informou que parte da visita do artista à terra natal foi registrada pela TV Anhangüera, para ser veiculada em um programa *Video Show* especial da Rede Globo.

O senador registrou também mani-

Osmar propõe transparência nas concessões



Osmar Dias quer garantir prioridade ao interesse coletivo

Com o objetivo de resguardar os direitos dos usuários e “evitar o surgimento de monopólios privados em conluio com governantes”, o senador Osmar Dias (PSDB-PR) apresentou projeto de lei estabelecendo

que todos os contratos para a exploração de concessões públicas sejam integralmente publicados na imprensa oficial e estejam disponíveis a qualquer interessado. No caso das concessões para exploração de rodovias, ele pretende que a concessionária apresente a cada trimestre planilha especificando custos e receitas. Em exame na CCJ, o projeto será votado em decisão terminativa.

Osmar Dias justificou a proposição dizendo que, após cinco anos de vigência da lei que regulamentou o regime de concessão e permissão de prestação de serviços públicos, a gestão dos atuais contratos demonstrou a necessidade de maior transparência, “para que o princípio da concessão pública não seja maculado por experiências específicas em que o poder público não coloca como prioridade o interesse coletivo”.

O senador reconheceu avanços no relacionamento entre os setores público e privado para prestação de serviços públicos via concessões e permissões, mas observou que a exploração de rodovias concedida por vários estados evidencia a necessidade de normas que permitam aos usuários resguardar seus interesses.

Lobão defende melhoria salarial para juízes

Advertindo que um governo correto pode ser comprometido por omissões, o senador Edison Lobão (PFL-MA) apelou na sexta-feira ao presidente da República a fim de que encontre rapidamente uma solução para os vencimentos dos juízes federais. Ele informou que a categoria está ganhando R\$3,7 mil mensais e prestes a entrar em greve geral, fato inédito na história do Brasil.

— Esta greve, se houver, será capaz de criar uma grande balbúrdia nacional, cujas conseqüências não sabemos ainda dimensionar, advertiu.

Conforme Lobão, a Associação Nacional dos Magistrados Federais está reunida, discutindo a realização da greve. Ele argumentou que um país capaz de resolver problemas graves como o do

câmbio não pode ser incapaz de resolver uma questão tão simples como a dos salários dos juízes.

— Os juízes não podem continuar em situação de miséria. Têm que ser atendidos nessa reivindicação, que vem sendo feita há vários meses. Confio que o presidente da República, a comissão especial da Câmara incumbida do assunto e todos nós sejamos capazes de encontrar uma solução, frisou.

Lobão argumentou não acreditar que greves possam construir uma sociedade rica, feliz e duradoura. Mas observou que uma greve dos magistrados seria diferente porque os juízes estão ganhando salários irrisórios, inferiores, muitas vezes, aos de seus assessores e aos dos diretores dos



Lobão apela a FHC por uma solução para os magistrados

Alcântara aponta conquistas do governo na área da educação

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) registrou os avanços obtidos pelo governo Fernando Henrique Cardoso na área educacional nos últimos cinco anos. Segundo ele, “por meio de reformas profundas e consistentes e de uma política voltada para a expansão e melhoria da oferta em todos os níveis”, resgata-se a cidadania brasileira no que se refere à educação, “pilar principal de qualquer transformação da sociedade”.

Lúcio Alcântara destacou, entre as conquistas do governo federal no setor, o processo de transformação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que redefiniu os papéis e res-

ponsabilidades de cada sistema de ensino, dando maior autonomia à escola, flexibilizando os conteúdos curriculares e estimulando a qualificação do magistério. “A nova lei criou o ambiente necessário à implementação de mudanças significativas”, frisou.

O senador também mencionou a intervenção governamental nos mecanismos de financiamento da educação, especialmente no ensino fundamental, com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef). Ele registrou, ainda, a expansão do acesso de crianças e jovens à educa-

Senador registra inauguração de rádio FM no Tocantins

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) registrou a inauguração da Rádio Palmas Educativa FM, que entrou em funcionamento no último dia 1º. Ele avalia que a nova emissora, inaugurada em solenidade presidida pelo governador do Tocantins, Siqueira Campos, terá papel fundamental na formação do povo tocantinense, integrando o processo de desenvolvimento do estado, e se tornará um poderoso instrumento de difusão cul-

tural e crescimento educacional da população.

—Ao momento em que registro meus cumprimentos ao povo tocantinense e ao governador do estado, registro também os agradecimentos ao ministro das Comunicações, pelo eficaz encaminhamento do projeto que, tendo obtido o aval desta Casa, se constitui hoje em motivo de satisfação e orgulho para todos os tocantinenses — concluiu Eduardo Siqueira Campos.

Tuma lembra 75 anos da GM no Brasil



Romeu Tuma salienta avanços tecnológicos obtidos pela GM

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) registrou o 75º aniversário da chegada da General Motors ao Brasil, destacando o fato de a empresa ser hoje a maior subsidiária da Corporação GM na América do Sul. A montadora, que se instalou em São Paulo em janeiro de 1925, produz 400 mil veículos por ano e detém 22,6% das vendas totais no mercado nacional, informou o senador.

Tuma lembrou que a GM foi protagonista de significativos avanços tecnológicos no setor e no processo de industrialização. “O pioneirismo foi sua principal característica, sempre na vanguarda tecnológica, sem abrir mão de rigorosa atenção à demanda de mercado”, afirmou, observando que a empresa foi a primeira a substituir o carburador pela injeção eletrônica de combustível.

A preocupação com a preservação ambiental também é constante nas políticas da empresa, informou Tuma. Já na década de 60, acrescentou, o processo produtivo dos motores GM contava com o controle de emissões de gases que só se tornou obrigatório para todas as fábricas do setor 28 anos depois.

Ao parabenizar a empresa e seu presidente, Frederick Henderson, o senador aproveitou para anunciar, como parte das comemorações, uma mostra da história da fábrica no Museu Paulista da Universidade de São Paulo.



Alcântara vê “resgate da cidadania na educação”

ção, informando que no ensino fundamental, na faixa de sete a 14 anos, o acesso passou de 89% em 1994 a 96% em 1999. No ensino médio, o número de matrículas cresceu 57%, e no nível superior houve um incremento de 28%.

— Há uma frase que resume os resultados dos primeiros cinco anos do governo Fernando Henrique Cardoso na área de educação: estamos longe de onde gostaríamos de estar, mas muito melhor do que estávamos — concluiu o senador.